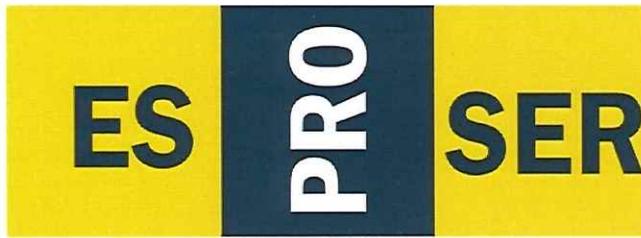


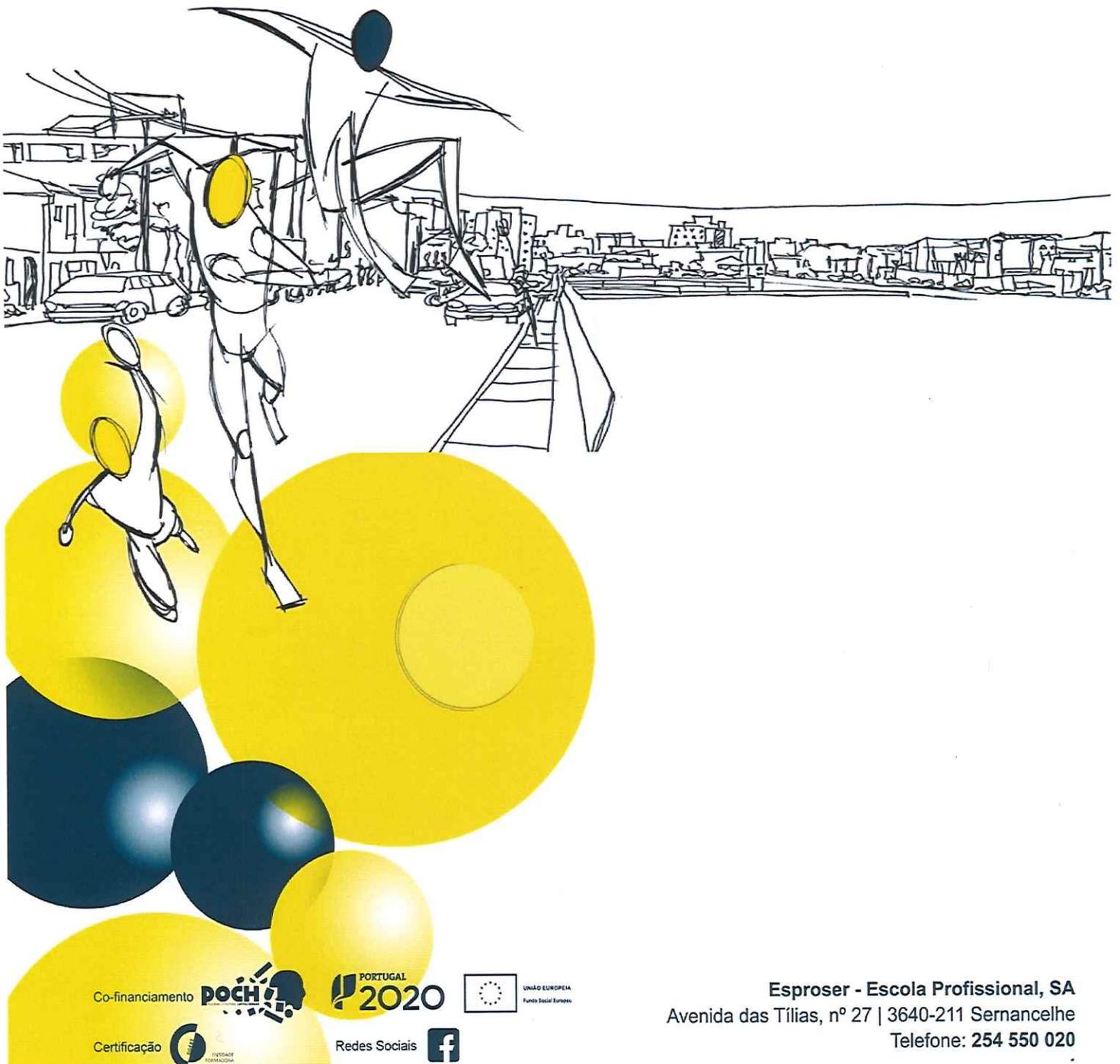
Ang

ESCOLA
PROFISSIONAL
DE SERNANCELHE

K. Suelo



Relatório de Gestão - 2020



Co-financiamento **POCH**

Certificação

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Redes Sociais

Esproser - Escola Profissional, SA
Avenida das Tílias, nº 27 | 3640-211 Sernancelhe
Telefone: 254 550 020

Relatório de Gestão - 2020

ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

Relatório de gestão

Período findo em 31 de dezembro de **2020**

Índice

1	INTRODUÇÃO	5
2	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	5
2.1	A nível internacional e europeu	6
2.2	A nível nacional	6
2.3	Os principais indicadores económicos do setor da Entidade	8
3	EXPECTATIVAS FUTURAS	9
3.1	Cenário macroeconómico	9
3.2	Cenário Interno	10
4	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	13
4.1	ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	13
	Das 4 rubricas de rendimentos da ESPROSER, verificamos um aumento de juros e rendimentos similares obtidos e outros rendimentos e ganhos e um abaixamento dos subsídios à exploração e das prestações de serviços. Em relação aos subsídios à exploração, a forte redução está relacionada com uma histórica quebra de turmas financiadas, atingido no ano lectivo 2020-21, com apenas 6 turmas financiadas (2 turmas completas e 8 meias-turmas).	13
4.2	Estrutura de Gastos	14
4.3	PESSOAL	15
	Como referido no subcapítulo anterior, no cômputo geral assistimos a um aumento da massa salarial, essencialmente devido ao acerto nos salários base de 7 auxiliares de acção educativa, por motivada pelo aumento do salário mínimo.	15
4.4	EBITDA e Resultado líquido do período	15
4.5	AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	16
5	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	16
5.1	Posição financeira	16
5.2	Indicadores de Gestão	17
5.3	Rácios financeiros mais relevantes	17
5.4	Análise Económica	18
6	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	18
7	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	18
8	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	19
8.1	RISCO DE CRÉDITO	20
8.2	RISCOS DE MERCADO	20
8.2.1	<i>RISCO DE TAXA DE JURO</i>	20
8.3	RISCO DE LIQUIDEZ	20
9	COMPROMISSOS FINANCEIROS	20
10	QUESTÕES AMBIENTAIS	21
11	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	21
11.1	AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO	21
11.2	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	21
11.3	Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos	21
12	OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares	22
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
14	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	24

1 INTRODUÇÃO

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A., (doravante designada por “Entidade”), constituída em 15 de Junho de 1999 (entidade proprietária da Escola Profissional de Sernancelhe, criada em 6 de Julho de 1993) com sede social em Sernancelhe, com o capital social de 50.000€, representado por 10.000 ações e tem como actividade principal o Ensino Profissional.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2019.

É elaborado nos termos do Artigo 66º do Código das Empresas Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

2 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Em 2020, a atividade económica em Portugal e no resto do mundo foi profundamente afetada pela propagação do vírus, pelas medidas de contenção e pelo impacto sobre o comportamento dos agentes económicos. As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade. A resposta de política – monetária, orçamental e prudencial – não tem precedente em magnitude, celeridade e coordenação e foi decisiva na mitigação dos danos da crise. As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafecção de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afecção de recursos.

2.1 A nível internacional e europeu

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando o enquadramento externo e as hipóteses técnicas das projeções nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos. Os indicadores disponíveis para a área do euro sugerem um impacto negativo destes fatores sobre a atividade no quarto trimestre. Este exercício de projeção assume que as medidas de contenção serão mantidas ou restauradas até ao fim do primeiro trimestre de 2021 e aliviadas de forma gradual posteriormente. Não obstante esta evolução, enquanto não existir uma solução médica plenamente implementada – no início de 2022 – o vírus continuará a condicionar o comportamento dos agentes económicos e a atividade. As hipóteses para o enquadramento externo da projeção traduzem uma recuperação gradual da economia mundial.

2.2 A nível nacional

Estima-se que a economia portuguesa tenha uma queda de 8,1% em 2020. Após uma queda de 17,3% no primeiro semestre de 2020, face ao final de 2019, a economia recuperou de forma rápida no terceiro trimestre de 2020 (crescimento de 13,3% em cadeia). Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas. No entanto, o surgimento de uma segunda vaga determinou a inversão da trajetória de recuperação. Neste quadro, e tendo em conta a informação conhecida, projeta-se uma queda em cadeia da atividade no quarto trimestre de 2020 de 1,8%. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social. Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia.

Esta evolução é corroborada pelos indicadores de alta frequência disponíveis até novembro de 2020. A queda da atividade em 2020 reflete a redução da procura interna

e das exportações, destacando-se o contributo muito negativo das exportações de serviços (-4,8 pp), em particular dos serviços relacionados com o turismo. A recuperação no terceiro trimestre foi superior à antecipada, refletindo um comportamento mais favorável do consumo privado e das exportações. Por outro lado, os desenvolvimentos da pandemia e a adoção de medidas de contenção levaram a uma revisão em baixa da evolução da atividade económica no quarto trimestre. Esta revisão em baixa também se verificou na área do euro

R. Mendes

A inflação nacional, medida pela taxa de variação do IHPC, situar-se-á em -0,2% em 2020. O consumo público deverá aumentar 0,4% em termos reais em 2020, refletindo o crescimento das despesas na área da saúde e o aumento do emprego público.

Em 2020, a economia portuguesa apresentou necessidades líquidas de financiamento face ao exterior, em consequência da deterioração da balança corrente e de capital e da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo.

Pelos dados conhecidos nesta data, estima-se que o emprego deverá diminuir 2,3% em 2020, o que constitui uma queda inferior à que seria expectável dada a relação entre emprego e atividade observada em recessões anteriores. Esta reação atenuada refletiu o impacto das medidas de apoio às empresas, em particular, o regime de layoff simplificado e os apoios aos trabalhadores independentes. Em resultado, a produtividade por trabalhador caiu 5,9% em 2020.

A taxa de desemprego aumenta de 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020. Para além das medidas de apoio ao emprego e do recurso ao teletrabalho, a evolução da taxa de desemprego foi mitigada na primeira metade do ano pelo aumento da inatividade. Com a redução das restrições à atividade, observou-se um aumento expressivo dos indivíduos que transitaram da inatividade para o desemprego, refletindo-se num aumento de cerca de 2 pp na taxa de desemprego no terceiro trimestre. Ao longo dos próximos trimestres, projeta-se a manutenção da trajetória ascendente da taxa de desemprego. As decisões de contratação das empresas continuarão condicionadas pela existência de recursos subutilizados e pela incerteza quanto às perspetivas de procura.

2.3 Os principais indicadores económicos do setor da Entidade

O Ensino Profissional continua a sua árdua tarefa de sobreviver em tempo de crise-pandemia, acrescida às dificuldades que já eram sentidas até à sua disseminação pelo país.

Com efeito a baixa taxa de natalidade tem feito diminuir de forma muito significativa o número de alunos que concluíram o 9º ano de escolaridade (potenciais candidatos a frequentarem a Escola Profissional de Sernancelhe). O ponto máximo de alunos disponíveis a frequentarem o ensino profissional, foi atingido em 2009 com 523 155 alunos. Desde essa data, a quebra de alunos que fazem parte do nosso mercado alvo, estão reduzidos a apenas 349 190 alunos, em 2020. São menos 173 965 alunos em apenas 11 anos (Fonte Pordata):

Anos	Nível de ensino							
	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	CET	
			Total	1º Ciclo	2º Ciclo			3º Ciclo
2003	2.208.991	247.521	1.174.412	508.472	274.169	391.771	385.589	638
2004	2.198.954	253.635	1.166.277	506.121	274.123	386.033	382.212	1.767
2005	2.172.853	259.788	1.153.057	504.412	267.742	380.903	376.896	2.175
2006	2.124.260	262.002	1.145.234	495.628	256.252	393.354	347.400	2.312
2007	2.145.012	263.887	1.155.181	500.823	255.766	398.592	356.711	2.504
2008	2.184.871	266.158	1.187.184	498.592	263.324	425.268	349.477	5.135
2009	2.435.665	274.628	1.283.193	488.114	271.924	523.155	498.327	6.515
2010	2.406.098	274.387	1.256.462	479.519	273.248	503.695	483.982	7.640
2011	2.329.401	276.125	1.206.716	464.620	278.263	463.833	440.895	9.397
2012	2.241.756	272.547	1.157.811	454.003	266.095	437.713	411.238	9.887
2013	2.139.977	266.666	1.093.523	440.378	252.667	400.478	398.447	10.341
2014	2.081.827	265.414	1.057.459	424.284	249.754	383.421	385.210	11.544
2015	2.061.813	264.660	1.041.698	418.145	238.582	384.971	393.618	12.179
2016	2.027.483	259.850	1.013.397	408.041	230.842	374.514	391.538	6.299
2017	2.020.494	253.959	1.000.006	404.010	225.794	370.202	399.775	4.811
2018	2.006.479	240.231	987.704	401.476	220.184	366.044	401.050	4.741
2019	2.003.856	243.719	970.229	393.793	218.907	357.529	399.386	5.275
2020	1.998.312	251.108	951.285	386.622	215.473	349.190	393.340	5.670

3 EXPECTATIVAS FUTURAS

3.1 Cenário macroeconómico

Após uma queda esperada de 3,5% em 2020, o PIB mundial deverá crescer 5,6% em 2021 e 3,7% em média nos dois anos seguintes. Na área do euro, estima-se que a atividade económica irá reduzir 7,3% em 2020 e aumentar 3,9% em 2021 e cerca de 3%, em média, em 2022-23.

O ritmo esperado da recuperação económica internacional é diferenciado entre países, refletindo, entre outros fatores, o peso na estrutura produtiva dos setores mais afetados pelo distanciamento social e o alcance e duração da resposta de política económica. Estima-se que o comércio mundial venha a diminuir 9,5% em 2020 e estima-se que irá crescer 7,1% em 2021 e 4,0 % em média nos dois anos seguintes. A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais. Assume-se que, a partir de 2021, o comércio entre a UE e o Reino Unido passará a reger-se segundo as condições da Cláusula da Nação mais favorecida estabelecida no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que implica maiores barreiras ao comércio entre as duas regiões e contribui para a revisão em baixa da procura externa dirigida a Portugal.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores previsionais na zona euro e a sua comparação com Portugal.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Projeções para Portugal atualizadas em: 14 de dezembro de 2020
 Projeções para a Área do Euro atualizadas em: 10 de dezembro de 2020

(Fonte: Banco de Portugal)

Indicador	Espaço Euro	2020 (p)	2021 (p)	2022 (p)	2023 (p)
PIB	Portugal	-8,1	3,9	4,5	2,4
	Área do Euro	-7,3	3,9	4,2	2,1
Inflação	Portugal	-0,2	0,3	0,9	1,1
	Área do Euro	0,2	1,0	1,1	1,4
Consumo privado	Portugal	-6,8	3,9	3,3	1,9
	Área do Euro	-8,3	4,3	5,7	1,8
Consumo público	Portugal	0,4	4,9	0,4	0,7
	Área do Euro	1,5	2,5	0,6	1,1
Investimento	Portugal	-2,8	4,4	5,2	2,0
	Área do Euro	-10,1	5,0	6,5	3,7
Exportações	Portugal	-20,1	9,2	12,9	6,7
	Área do Euro	-11,0	6,5	4,9	3,5
Importações	Portugal	-14,4	8,8	9,1	5,1
	Área do Euro	-10,7	6,3	6,1	3,8
Emprego	Portugal	-2,3	0,0	1,3	0,9
	Área do Euro	-1,8	-0,9	1,8	1,0
Taxa de desemprego	Portugal	7,2	8,8	8,1	7,4
	Área do Euro	8,0	9,3	8,2	7,5

Unidade: taxa de variação anual, em percentagem

(p) previsões

Da leitura da informação disponibilizada pelo Banco de Portugal, verifica-se que Portugal, terá um comportamento acima da média da “Área do Euro”, para os seguintes indicadores: Inflação Exportações, Importações e Emprego. Em sentido inverso destaca-se as previsões para o investimento (FBCF).

3.2 Cenário Interno

As projeções conhecidas, assumem que as restrições resultantes do confinamento serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade nacional fique condicionada até ao início de 2022, altura em que se estima uma solução médica plena e eficaz, a qual estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação. Neste enquadramento, após uma projeção de uma queda do PIB de 8,1% em 2020, estima-se

subsequentemente, um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023.

A recuperação do PIB será gradual e diferenciada entre setores, sendo mais lenta em atividades ligadas ao turismo, cultura e entretenimento. A atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa irá crescer acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real.

A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano. Para 2021-23 estima-se uma recuperação gradual do emprego e um aumento da produtividade por trabalhador. A recuperação lenta do emprego decorre da evolução perspetivada para os setores mais expostos aos contatos pessoais, ligados ao alojamento, restauração, viagens e serviços recreativos. O emprego deverá retomar o nível pré-pandemia apenas no final de 2023. O emprego medido em horas trabalhadas deverá diminuir 10,8% em 2020, refletindo o aumento da população empregada ausente do trabalho, em particular no segundo trimestre do ano. Para 2021 antecipa-se uma reversão deste efeito, com um crescimento de 7,3%. Neste quadro, projeta-se que a taxa de desemprego atinja 8,8% em 2021 e se reduza nos anos seguintes, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023, permanecendo acima do observado no final de 2019. Este efeito mais persistente resulta de os setores mais afetados serem intensivos em trabalho e de algum desajustamento entre as qualificações existentes e procuradas, decorrentes da realocação de fatores produtivos entre setores. Ainda assim, a taxa de desemprego ficará muito aquém da observada na crise de 2011-13.

Nos próximos anos merece também destaque o aumento do recebimento de fundos europeus, em particular relacionados com o Next Generation EU e uma retoma rápida do investimento, que contrasta com episódios recessivos anteriores. Na recuperação do investimento empresarial têm um papel importante (i) as medidas de apoio à situação financeira das empresas, (ii) as medidas de política monetária que contribuem para condições de financiamento favoráveis, (iii) os fundos europeus, em particular no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, e (iv) o dinamismo do investimento público. No entanto, a evolução do investimento empresarial será condicionada pela deterioração

da situação financeira de algumas empresas e pela incerteza quanto a alterações nos padrões de consumo e à sua persistência.

Para 2021 a 2023, a recuperação esperada das exportações será mais lenta do que a observada na sequência das recessões anteriores, resultado do comportamento das exportações de turismo. Estima-se que a procura externa dirigida a Portugal irá diminuir 12,6% em 2020 e irá crescer 7,1% em 2021 e 4,7% em média no período 2022-23. Contudo, as exportações portuguesas em 2022-2023 deverão crescer acima da média da área do euro.

A inflação nacional, medida pela taxa de variação do IHPC, situar-se-á em -0,2% em 2020, aumentando para 0,3% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,1% em 2023. Comparando com as projeções para a área do euro, a evolução dos preços é mais moderada em Portugal. O diferencial face à área do euro torna-se mais negativo em 2021 (-0,7 pp, após -0,4 pp em 2020), situando-se em -0,3 pp, em média, em 2022-23. As pressões descendentes sobre os preços continuarão a prevalecer em 2021, refletindo a subutilização dos recursos produtivos e a procura contida, em particular nos setores ligados ao turismo. A inflação excluindo energéticos aumenta ligeiramente para 0,6%. A diminuição de 2% do preço dos bens energéticos em 2021 reflete a redução do IVA da eletricidade anunciada no OE2021, parcialmente compensada pelo aumento marginal do preço do petróleo.

Para 2021, prevê-se um crescimento real de 4,9% do consumo público. Esta aceleração reflete o retorno dos serviços públicos ao funcionamento habitual. As despesas de consumo final associadas à pandemia mantêm-se próximas das do ano anterior. No horizonte, a hipótese de ausência de medidas adicionais e a reversão dos efeitos relacionados com a pandemia em 2022 determinam um crescimento mais moderado do consumo público.

O investimento público apresenta taxas de crescimento elevadas até 2023. A aceleração em 2020 resulta de aquisições no setor da saúde e de um maior fluxo de fundos europeus. Nos anos seguintes, para além da despesa com o Programa “Escola Digital” (com um efeito pontual em 2021), a evolução do investimento público decorre do perfil esperado para os fundos do Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência. Para além das medidas de política orçamental, o atual exercício de projeção incorpora a redução das

taxas de retenção na fonte em sede de IRS, a diminuição do IVA sobre a eletricidade e o programa IVAucher, a criação de um apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores e uma nova atualização extraordinária das pensões. As medidas de apoio a empresas, incluindo o “Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva de Atividade” e o “Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade Empresarial” mantêm-se em 2021.

4 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

4.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2020 e 2019, a sua variação absoluta e relativa (%):



Das 4 rubricas de rendimentos da ESPROSER, verificamos um aumento de juros e rendimentos similares obtidos e outros rendimentos e ganhos e um abaixamento dos subsídios à exploração e das prestações de serviços. Em relação aos subsídios à exploração, a forte redução está relacionada com uma histórica quebra de turmas financiadas, atingido no ano lectivo 2020-21, com apenas 6 turmas financiadas (2 turmas completas e 8 meias-turmas).

A rubrica Juros e rendimentos similares obtidos, tiveram um ligeiro aumento, no entanto é irrelevante face aos depósitos a prazo que geraram o rendimento, devido à histórica baixa taxa de juro praticada na EU.

Em relação à rúbrica outros rendimentos e ganhos, tiveram um forte aumento, fruto do perdão de dívida concedido pelo Município de Sernancelhe no final de 2020, relacionada com os transportes efectuados pelo Município, dos alunos da ESPROSER.

4.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2020 e 2019, a sua variação absoluta e relativa (%):



Em relação à estrutura de gastos, destacamos as seguintes alterações:

- Pelo lado dos Fornecimentos de Serviços Externos (FSE), temos vindo sistematicamente a reduzir custos que se prendem essencialmente pela redução do número de turmas em funcionamento, que por sua vez geram uma menor necessidade de aquisição de serviços de formação.

- Gastos com o Pessoal. Nesta rubrica houve 2 variações em sentidos opostos. Apesar de ter-se mantido o número de colaboradores, houve um aumento dos salários base dos colaboradores com um salário mais baixo, pelo facto de ter existido um novo aumento do salário mínimo em 2020, que ultrapassou o salário base de 7 colaboradores, com a consequente correcção em alta do valor.

Em sentido contrário, tivemos algumas baixas médicas.

- Depreciações tiveram uma redução de valor, essencialmente pela diminuição de investimentos em bens e equipamentos que compense a desvalorização sofrida anualmente.

- Na rubrica juros, tem-se verificado uma redução constante dos custos de financiamento da Escola, derivado do facto da Escola renegociar anualmente os spreads aplicados aos principais empréstimos, aliada à baixa histórica da taxa de juro de referência do euro, permitindo esta conjugação, uma redução de custos constante.

- Devemos referir o aumento de custos significativo e tido com todas as medidas Covid19 que a ESPROSER teve de tomar sem ter sido ressarcida de alguma forma, nomeadamente:

- Plano de Contingência elaborado por uma empresa externa;
- Equipamento de segurança e desinfecção, como estação de medição de temperatura, dosadores para todos os espaços físicos, tapetes de desinfecção, termómetros, luvas descartáveis;
- Equipamentos de protecção individual entregues a todos os alunos e colaboradores da Escola (máscaras reutilizáveis, máscaras descartáveis, doseador de gel pessoal, entre outros);
- Sinalética, acrílicos, gel desinfectante, barreiras anti-pânico.

4.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Rubricas	Períodos	
	2020	2019
Gastos com pessoal	299 378,74 €	288 925,36 €
Nº médio de colaboradores	13	13
Gasto médio por colaborador	23 029,13 €	22 225,03 €

Como referido no subcapítulo anterior, no cômputo geral assistimos a um aumento da massa salarial, essencialmente devido ao acerto nos salários base de 7 auxiliares de acção educativa, por motivada pelo aumento do salário mínimo.

4.4 EBITDA e Resultado líquido do período

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Empresa”, no período de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	2020	2019
Resultado Líquido do Período	8 845,60 €	12 004,61 €
EBITDA	85 268,49 €	104 061,69 €

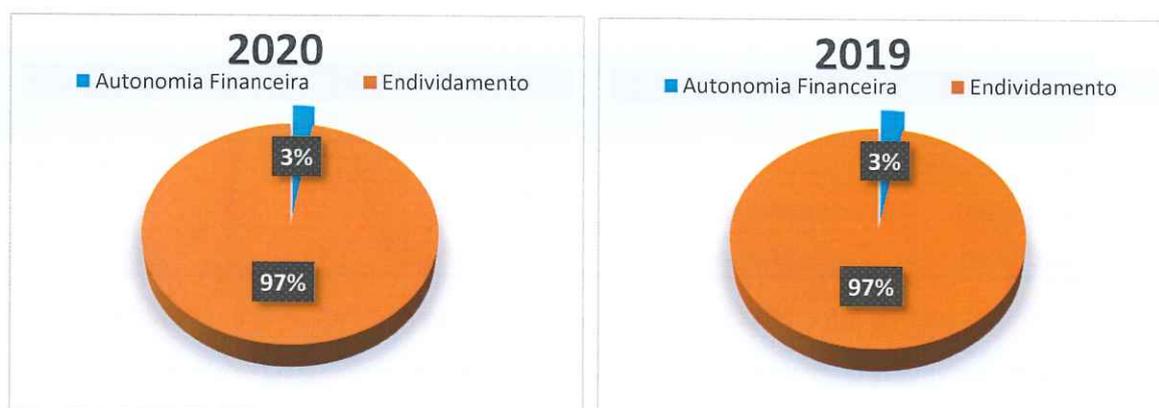
O resultado líquido continua a ser afectado pelas correcções de estimativas em excesso das receitas, via orçamentos aprovados em contraposição às despesas validadas pela estrutura de apoio POCH.

Em relação ao EBITDA, verificou-se uma diminuição do seu valor, devido à diminuição dos subsídios à exploração atribuídos (redução de turmas).

Como aspectos positivos tivemos a redução de gastos com FSE e ao aumento dos outros rendimentos, devido ao perdão concedido pelo Município, no exercício de 2020.

4.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



A autonomia financeira continua baixa, devido às enormes correcções feitas de exercícios passados e que tem contribuído para a diminuição significativa dos Capitais Próprios da Escola.

5 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

Rubricas	2020		2019	
Activo não corrente	123 954,25 €	8,50%	163 614,44 €	11,25%
Activo corrente	1 334 486,10 €	91,50%	1 290 921,38 €	88,75%
Total activo	1 458 440,35 €		1 454 535,82 €	
Rubricas	2020		2019	
Capital Próprio	38 970,21 €	2,67%	40 972,14 €	2,82%
Passivo não corrente	162 383,00 €	11,13%	246 129,56 €	16,92%
Passivo corrente	1 257 087,14 €	86,19%	1 167 434,12 €	80,26%
Total capital próprio e passivo	1 458 440,35 €		1 454 535,82 €	

A principal alteração no balanço, deu-se com a continuação da correcção de proveitos reconhecidos acima dos valores efectivamente aceites pela entidade POCH. Contudo, existiu no exercício, uma receita extraordinária que está relacionada com o perdão dos transportes em dívida perante o Município, que afectou positivamente o exercício.

5.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2019 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2020	2019	Δ
Volume de negócios	5 274,23 €	6 928,72 €	-31,37%
Subsídios à Exploração	802 270,92 €	1 078 652,31 €	-34,45%
Resultados Líquidos	8 845,60 €	12 004,61 €	-35,71%
Cash-Flow	55 282,82 €	72 476,22 €	-31,10%
Capital Próprio	38 970,21 €	40 972,14 €	-5,14%
Activo Total Líquido	1 458 440,35 €	1 454 535,82 €	0,27%
Activo Fixo Tangível	122 754,25 €	162 414,44 €	-32,31%
Capitais Permanentes	192 702,63 €	275 567,60 €	-43,00%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no “**Capital próprio**” é referente à continuação da correcção de estimativas de rendimentos que foram mensuradas com base nos montantes solicitados pela Escola. Estas estimativas de receitas necessitam de uma correcção derivada de correcções financeiras provocadas pela desistência de alunos (redução do financiamento aprovado em 3,33% por aluno desistente), despesas consideradas não elegíveis, bem como com o abaixamento da execução física verificada (número de horas assistidas por cada aluno).
- A variação ocorrida nos “**Capitais permanentes**” é o resultado da redução da rubrica resultados transitados (correcções de receitas) e aumento de custos relativa às medidas Covid19 entretanto tomadas pela Escola.

5.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2020 e 2019:

Análise Financeira	2020	2019	Δ
Autonomia Financeira	2,67%	2,81%	-4,98%
Solvabilidade	2,64%	2,90%	-8,97%
Endividamento	0,97	0,97	0,25%

Da análise ao quadro acima, apresentamos seguintes comentários:

A autonomia financeira da Escola caiu, pelo motivo já explicado, como sejam as correcções das estimativas excessivas de proveitos.

O endividamento continuou a aumentar, em virtude para fazer face à correcções que afectam negativamente os capitais próprios, nomeadamente os Resultados transitados.

5.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no ano findo em 2020, comparativamente com o ano de 2019:

Análise Económica	2020	2019	Δ
Rendib. do activo (Resultado Oper./Activo Total)	2,66%	3,00%	-11,16%
Rentabilidade do Capital Próprio	22,70%	29,30%	-22,53%

6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Empresa no período económico findo em 31 de dezembro de 2020, alcançou o resultado líquido de 8 845,60€, que se propõem a seguinte aplicação de resultados:

- Resultados Transitados = 8 845,60€.

7 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da Empresa:

- Os custos de financiamento da Escola baixaram de forma significativa, como foi previsto no exercício anterior, a renegociação dos spreads aplicados à Escola (variam entre 2,00% e 2,95% em finais de 2019), permitiram uma poupança significativa nos juros pagos às



instituições bancárias. Em sentido contrário e como servem de colateral aos empréstimos, os depósitos a prazo viram a sua rentabilidade praticamente desaparecer.

A Escola vai continuar a renegociar as suas contas-corrente, de forma a baixar ainda mais o spread aplicado e consequentemente baixar o custo de financiamento;

- Em 2018, a Escola obteve a Certificação como Entidade Formadora pela DGERT;
- Em 2020, a Escola obteve a certificação EQAVET (sistema de Qualidade direccionado para as Escolas Profissionais).
- A pandemia Covid19 tem tido efeitos significativos na Escola e com o aumento inesperado de custos que não estavam previstos, principalmente nas medidas de segurança necessárias para continuar a ter aulas presenciais, quando possível e quando não é de todo possível, a Escola adquiriu a plataforma profissional ZOOM (20 salas de aulas virtuais), que permitiram manter sempre a execução física quase ininterruptamente.
- A pandemia teve ainda mais efeitos nefastos, a nível financeiro, que se prenderam com a impossibilidade física de darmos as candidaturas por encerrado, motivado pelo facto dos alunos não poderem realizar a Formação em Contexto de Trabalho que lhes permitisse concluir o curso, pelo facto dos locais de estágio não terem estado receptivos a receberem alunos por motivos de segurança ou mesmo pelo confinamento entretanto decretado. Para resolver este entrave, a Escola adquiriu uma plataforma on-line para simulação de estágio, que permitiu facultativamente, os alunos concluírem o seu curso atempadamente de poderem prosseguir estudos. Os alunos que realizaram o estágio presencial, só o puderam fazer a partir de Setembro de 2020, tendo inclusive alguns alunos transitado de ano para concluírem a FCT. Este facto impediu por um lado de concluirmos as candidaturas em tempo útil e recebermos os respectivos reembolsos atempadamente e ainda prejudicou a execução física e consequentemente os reembolsos finais, pelo facto dos adiantamentos feitos antes da pandemia, serem superiores aos reembolsos finais das candidaturas, motivada pela baixa execução física e/ou ausência de encargos com os alunos.

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas

pelo Órgão de Gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

A Empresa seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

8.1 RISCO DE CRÉDITO

8.2 RISCOS DE MERCADO

8.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

8.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

9 COMPROMISSOS FINANCEIROS

Os principais compromissos financeiros prendem-se com as conta-correntes subscritas junto da CGD e BCP e que podem atingir um máximo de 300.000 Euros cada uma e que têm por finalidade suprir os atrasos nos reembolsos do POCH, mantendo sempre uma execução financeira elevada.

Em Agosto de 2016, foi contratualizado junto da CGD, uma linha PME Crescimento 2015, no montante de 50.000€ e pelo prazo de 5 anos, a terminar em Julho de 2021.

No final de 2016, a Escola contraiu, junto da CCAM, um empréstimo a 7 anos, no montante de 500.000€, com início em Dezembro de 2016 e término em Dezembro de 2023, para financiamento de tesouraria da Empresa.

10 QUESTÕES AMBIENTAIS

A ESPROSER-Escola Profissional, S.A. cumpre todas as disposições ambientais na separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos e líquidos produzidos na Empresa.

Tem havido uma preocupação acrescida na separação de lixo e resíduos, possuindo para o efeito contentores específicos para a separação do lixo e resíduos.

11 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

11.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto os accionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

11.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

11.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Após a data do balanço, ocorreram os seguintes acontecimentos que, embora não tenham dado origem a ajustamentos, é material a sua divulgação:

A origem da pandemia COVID-19, sobretudo a partir de Março de 2020, provocou alterações profundas de funcionamento da Escola e com repercursões financeiras necessárias para a adopção de medidas de higiene, segurança, confinamento, sinalética, formação do pessoal docente e não docente, aquisição de EPI (Equipamentos de Protecção Individual).

O atraso na realização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT), tem prejudicado financeiramente a Escola, uma vez que impede a conclusão das respectivas candidaturas e os consequentes pedidos de pagamento daí resultantes.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares

- a) A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.
- b) Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas/ações próprias. Aliás a Empresa não é detentora de quotas/ações próprias.
- c) Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.
- d) Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Para as situações de pagamentos fora de prazo foram negociados os respetivos planos de pagamentos, designadamente: O pagamento dos transportes dos alunos ao Município de Sernancelhe.
- e) Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.
- f) As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, entende que a Empresa tem capacidade de prosseguir em continuidade.
- g) Todas as transações que envolvem a Empresa, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei 25/2008 de 5 de junho (assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

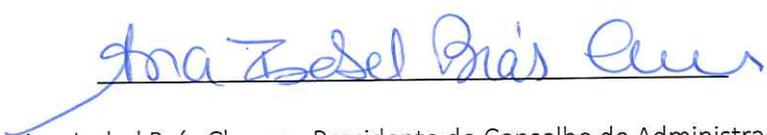
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

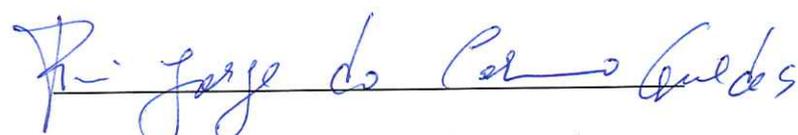
Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Empresa.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Sernancelhe, 31 de Maio de 2021

O Conselho de Administração,


Ana Isabel Brás Chaves - Presidente do Conselho de Administração


Rui Jorge do Carmo Guedes – Vogal


António Jorge Ribeiro de Figueiredo-Vogal



14 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º, ambos do Código das Empresas Comerciais (CSC):

Relação dos accionistas *com mais* de um décimo / um terço ou metade do capital social:

Com um décimo:

Associação Âmbula Instituição Particular de Solidariedade Social - 1.000 acções;

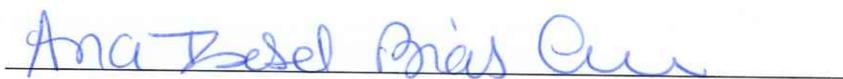
Com mais de um terço:

Liga de Amigos da ESPROSER - 4.000 Acções; e,
Município de Sernancelhe - 4.950 Acções.

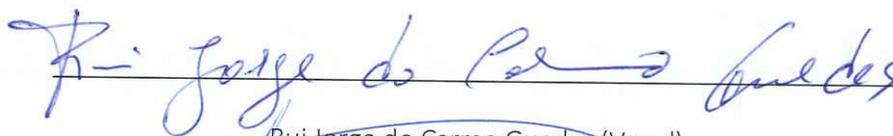
Durante o período de relato não ocorreram variações ao nível dos accionistas bem como das respectivas participações financeiras.

Sernancelhe, 31 de Maio de 2021

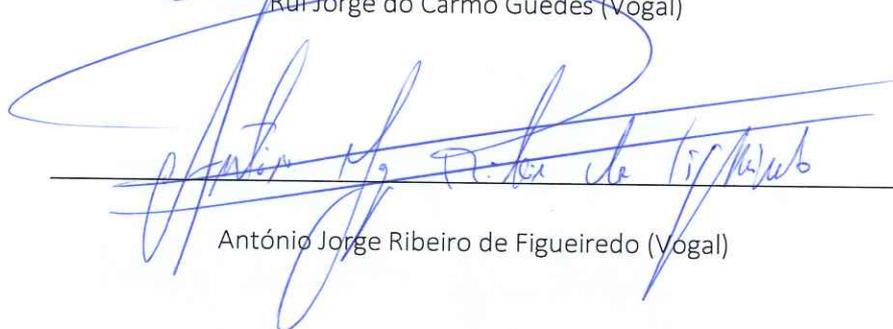
O Conselho de Administração;



Ana Isabel Brás Chaves (Presidente do Conselho de Administração)



Rui Jorge do Carmo Guedes (Vogal)



António Jorge Ribeiro de Figueiredo (Vogal)



ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

Demonstrações financeiras

Ano findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	6
ANEXO 7	
1 Identificação da entidade e período de relato	7
1.1 Designação da entidade	7
1.2 Sede	7
1.3 Natureza da atividade	7
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
2.1 Indicação do referencial contabilístico	7
2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	8
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	9
3 Principais políticas contabilísticas	9
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.	9
3.1.1 <i>Ativos fixos tangíveis</i>	9
3.1.2 <i>Outros investimentos financeiros</i>	10
3.1.3 <i>Clientes e outros créditos a receber</i>	10
3.1.4 <i>Estado e outros entes públicos</i>	11
3.1.5 <i>Acréscimos e diferimentos</i>	11
3.1.6 <i>Caixa e depósitos bancários</i>	11
3.1.7 <i>Imparidade de ativos</i>	12
3.1.8 <i>Capital subscrito</i>	13
3.1.9 <i>Reserva legal</i>	13
3.1.10 <i>Outras reservas</i>	13
3.1.11 <i>Resultados transitados</i>	13
3.1.12 <i>Outras variações no capital próprio</i>	14
3.1.13 <i>Passivos correntes</i>	14
3.1.14 <i>Financiamentos obtidos e gastos com financiamento</i>	14
3.1.15 <i>Fornecedores</i>	15
3.1.16 <i>Rédito</i>	15
3.1.17 <i>Subsídios atribuídos</i>	16
3.1.18 <i>Benefícios dos empregados</i>	17
3.1.19 <i>Imposto sobre o rendimento do período</i>	17
3.1.20 <i>Acontecimentos após a data do balanço</i>	18
3.1.21 <i>Outras políticas contabilísticas revelantes</i>	18
3.1.22 <i>Principais pressupostos relativos ao futuro</i>	18
3.1.23 <i>Principais fontes de incerteza das estimativas</i>	19
3.2 Correção de erros de períodos anteriores	19



4	Partes relacionadas	19
4.1	Relacionamentos com Entidades-mãe	19
4.2	Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)	20
4.3	Transações entre partes relacionadas	20
5	Ativos fixos tangíveis	21
5.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	21
5.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	22
6	Investimentos financeiros	22
7	Estado e outros entes públicos	23
8	Outros créditos a receber	23
9	Diferimentos	24
10	Caixa e depósitos bancários	24
11	Capital próprio	25
11.1	Capital subscrito	25
11.2	Reservas Legais	25
11.3	Outras reservas	26
11.4	Resultados transitados	26
11.5	Outras variações nos capitais próprios	27
12	Financiamentos obtidos	27
13	Fornecedores	27
14	Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes	28
15	Prestação de serviços e réditos	28
16	Subsídios à exploração	28
17	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	29
18	Gastos com pessoal	30
19	Outros rendimentos	31
20	Outros gastos	31
21	Juros e gastos similares suportados	31
22	Impostos sobre o rendimento	32
22.1	Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico	32
23	Acontecimentos após a data do balanço	32

(Handwritten signatures and initials in blue ink)



23.1	Autorização para emissão	32
23.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:	32
24	Divulgações exigidas por diplomas legais	32
25	Outras informações	33
25.1	Garantias prestadas	33
26	<i>Termo de responsabilidade</i>	34

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS	Notas	Período	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	122 754,25	162 414,44
Investimentos Financeiros	6	1 200,00	1 200,00
		123 954,25	163 614,44
Ativo corrente			
Clientes	-	4 772,40	4 200,00
Outros créditos a receber	8	847 246,88	797 252,50
Diferimentos	9	3 296,87	3 662,97
Outros ativos correntes	10	470 339,63	470 319,54
Caixa e depósitos bancários	10	8 830,32	15 486,37
		1 334 486,10	1 290 921,38
Total do ativo		1 458 440,35	1 454 535,82
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	11,1	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11,2	10 000,00	10 000,00
Outras reservas	11,3	73 122,09	73 122,09
Resultados transitados	11,4	-135 540,13	-147 544,74
Ajustamento/outras variações no capital próprio	11,5	32 542,65	43 390,18
Resultado líquido do período	DR	8 845,60	12 004,61
Total do capital próprio		38 970,21	40 972,14
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	153 732,42	234 595,46
Outras dívidas a pagar	14	8 650,58	11 534,10
		162 383,00	246 129,56
Passivo corrente			
Fornecedores	13	51 550,98	38 142,66
Estado e outros entes públicos	7	19 933,00	13 226,52
Financiamentos obtidos	12	680 731,56	628 290,44
Diferimentos	9	302 132,87	265 478,28
Outros passivos correntes	14	202 738,73	222 296,22
		1 257 087,14	1 167 434,12
Total do passivo		1 419 470,14	1 413 563,68
Total do capital próprio e do passivo		1 458 440,35	1 454 535,82

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Período	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	15	5 274,23	6 928,72
Subsídios à exploração	16	802 270,92	1 078 652,31
Fornecimentos e serviços externos	17	-539 552,26	-704 962,31
Gastos com pessoal	18	-299 378,74	-288 925,36
Outros rendimentos	19	146 248,07	23 095,41
Outros gastos	20	-29 593,73	-10 727,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		85 268,49	104 061,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,2	-46 437,22	-60 471,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		38 831,27	43 590,08
Juros e rendimentos similares obtidos	15	433,45	23,03
Juros e gastos similares suportados	21	-29 158,35	-30 238,09
Resultado antes de impostos		10 106,37	13 375,02
Imposto sobre o rendimento do período	22	-1 260,77	-1 370,41
Resultado líquido do período		8 845,60	12 004,61

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A.

1.2 Sede

Av. das Tílias, nº 27, 3640-211 Sernancelhe.

1.3 Natureza da atividade

Tem como atividade principal o ensino profissional.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF – PE) (Aviso n.º 8257/2015, e 29 de julho).

Assim, segundo o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, através da nova redação dada Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, consideram-se pequenas entidades aquelas que à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes¹:

- a) Total do balanço: 4 000 000 Euros;

¹ Excluem-se deste limite as entidades consideradas como microentidades



- b) Volume de negócios líquido: 8 000 000 Euros;
- c) Número médio de empregados durante o período: 50.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, atotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - PE), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 3º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- Balanço, modelo reduzido;
- Demonstração dos resultados por naturezas, modelo reduzido;
- Anexo, modelo reduzido.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a

necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes Demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídas nas presentes Demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:



Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2 *Outros investimentos financeiros*

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao seu justo valor com variações nos resultados. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

3.1.3 *Clientes e outros créditos a receber*

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Entidade tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são

reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

3.1.4 Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.1.5 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Outras dividas a pagar” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

3.1.6 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

3.1.7 *Imparidade de ativos*

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção:

- Inventários (ver a NCRF 18 - Inventários);
- Ativos provenientes de contratos de construção (ver a NCRF 19 - Contratos de Construção);
- Ativos por impostos diferidos (ver a NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento);
- Ativos por benefícios de empregados (ver a NCRF 28 - Benefícios dos Empregados);
- Ativos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor (ver a NCRF 11 - Propriedades de Investimento)
- Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação (ver a NCRF 17 - Agricultura); ou
- Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 - Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Assim neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.1.8 *Capital subscrito*

Em cumprimento do disposto no Art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Entidade deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (ação) e os seus respetivos titulares.

3.1.9 *Reserva legal*

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

3.1.10 *Outras reservas*

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.1.11 *Resultados transitados*

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

NIPC 504 676 326 | Capital Social 50.000€

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word 'Ana' and 'P. Mendes'.

3.1.12 *Outras variações no capital próprio*

Esta rubrica regista os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a rubrica 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 5932 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outras Dívidas a Pagar – não corrente). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 5932 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dívidas a pagar – não corrente.

3.1.13 *Passivos correntes*

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

3.1.14 *Financiamentos obtidos e gastos com financiamento*

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações



decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros; e,
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "ativos que se qualificam":

- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento); e,
- Ativos intangíveis.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

NIPC 504 676 326 | Capital Social 50.000€

Fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao custo.

Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e

prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Em termos de prestação de serviços, o crédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade.

Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o crédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer crédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do crédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos pelo seu valor nominal.

3.1.17 Subsídios atribuídos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.1.18 *Benefícios dos empregados*

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subseqüentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2020 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2021, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2020.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.19 *Imposto sobre o rendimento do período*

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de quatro anos após a sua ocorrência, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 12,50% aos primeiros 15.000,00€ de matéria coletável e 21% aos restantes rendimentos, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

3.1.20 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Entidade. Os acontecimentos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.21 Outras políticas contabilísticas revelantes

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Entidade pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.1.22 Principais pressupostos relativos ao futuro

As Demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Ver nota 23.2 abaixo.

3.1.23 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram a reconhecer nas Demonstrações financeiras individuais refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo ano.

Ver nota 23.2 abaixo.

3.2 Correção de erros de períodos anteriores

A correção de um erro material de um período anterior é excluída dos resultados do período em que o erro é detetado, sendo efetuada diretamente em resultados transitados (portanto neste caso, não existe reexpressão).

4 Partes relacionadas

4.1 Relacionamentos com Entidades-mãe

A estrutura acionista da Entidade é constituída por pessoas coletivas, a saber:

- Câmara Municipal de Sernancelhe;
- Liga de Amigos da ESPROSER;
- Associação Âmbula IPSS;
- Família Flora – Restaurante, Lda.;
- Electro Pisca, Lda.



4.2 Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)

Descrição	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Benefícios de curto prazo	105 668,21	107 752,05

4.3 Transações entre partes relacionadas

a) Identificação e relacionamento com as partes relacionadas

Identificação das partes relacionadas	Descrição sumária da natureza do relacionamento
Empresa-mãe: Câmara Municipal de Sernancelhe Liga de Amigos da ESPROSER	Detentora de 49,50% do capital social da Entidade Detentora de 40% do capital social da Entidade
Outras entidades: Associação Âmbula IPSS Família Flora - Restaurante, Lda Electro Pisca, Lda	Detentora de 10% do capital social da Entidade Detentora de 0,25% do capital social da Entidade Detentora de 0,25% do capital social da Entidade

b) Transações e saldos pendentes:

i. Quantia das transações

Transações com Partes relacionadas	FSE
Empresa-mãe :	
Câmara Municipal de Sernancelhe	59 241,44
	59 241,44
Outras entidades:	
Família Flora - Restaurante, Lda	42 348,06
Electro Pisca, Lda	735,74
	43 083,80
Total	102 325,24

Nota: As transações aqui divulgadas incluem IVA à taxa legal em vigor

ii. Quantia dos saldos pendentes, incluindo perdas por imparidade e compromissos NIPC 504 676 326 | Capital Social 50.000€

Saldos com "Partes relacionadas"	Saldo passivos
Empresa-mãe:	
Câmara Municipal de Sernancelhe	377,58
	377,58
Outras entidades:	
Família Flora - Restaurante, Lda	10 126,71
Electro Pisca, Lda	242,31
	10 369,02
Total	10 746,60

Handwritten signature and initials in blue ink.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo ou modelo de revalorização)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou método degressivo)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de depreciação utilizadas (Intervalo %)
Edifícios e outras construções	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	1 - 4	25% - 100%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas) e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Descrição	2019						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2019	-	575 216,05	464 212,48	89 993,00	154 243,07	67 003,84	1 350 668,44
Adições	-	-	11 226,16	-	-	-	11 226,16
Saldo em 31.12.2019	-	575 216,05	475 438,64	89 993,00	154 243,07	67 003,84	1 361 894,60
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2019	-	420 672,51	456 397,27	61 436,83	140 617,58	59 884,36	1 139 008,55
Adições	-	34 452,96	7 273,41	15 087,00	2 603,56	1 054,68	60 471,61
Saldo em 31.12.2019	-	455 125,47	463 670,68	76 523,83	143 221,14	60 939,04	1 199 480,16
Quantia escriturada	-	120 090,58	11 767,96	13 469,17	11 021,93	6 064,80	162 414,44

2020							
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2020	-	575 216,05	475 438,64	89 993,00	154 243,07	67 003,84	1 361 894,60
Adições	-	-	8 913,82	-	11 332,38	-	20 246,20
Alienações	-	-	-	(89 993,00)	-	-	(89 993,00)
Saldo em 31.12.2020	-	575 216,05	484 352,46	-	165 575,45	67 003,84	1 292 147,80
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2020	-	455 125,47	464 165,24	76 523,83	142 726,58	60 939,04	1 199 480,16
Adições	-	34 452,96	9 250,90	-	1 942,32	791,04	46 437,22
Alienações	-	-	-	(76 523,83)	-	-	(76 523,83)
Saldo em 31.12.2020	-	489 578,43	473 416,14	-	144 668,90	61 730,08	1 169 393,55
Quantia escriturada	-	85 637,62	10 936,32	-	20 906,55	5 273,76	122 754,25

5.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do período		Depreciações acumuladas	
	2020	2009	2020	2019
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	34 452,96	34 452,96	489 578,43	455 125,47
Equipamento básico	9 250,90	7 273,41	472 921,58	463 670,68
Equipamento de transporte	0,00	15 087,00	0,00	76 523,83
Equipamento administrativo	1 942,32	2 603,56	145 163,46	143 221,14
Outros ativos fixos tangíveis	791,04	1 054,68	61 730,08	60 939,04
Total	46 437,22	60 471,61	1 169 393,55	1 199 480,16

6 Investimentos financeiros

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição dos investimentos financeiros	31-12-2019	31-12-2018
Valorização pelo modelo do custo:		
C.C.A.M	500,00	500,00
Norgarante	700,00	700,00
Total ao modelo do custo	1 200,00	1 200,00

A participação detida na "NORGARANTE" foi adquirida para que a Entidade beneficiasse de empréstimos com garantias emitidas pela Sociedade de Garantia Mútua, encontrando-se valorizada ao custo. A participação só poderá ser alienada, pelo seu valor nominal, no final da

vigência e cumprimento total dos contratos de empréstimo da linha "PME", pelo valor nominal, uma vez terminada a garantia.

NIPC 5041676326 | Capital Social 50.000€

7 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2020	31-12-2019
Passivo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	1 156,29	1 364,65
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	8 009,00	5 811,43
Imposto sobre o valor acrescentado		
Contribuições para a segurança social	10 767,71	6 050,44
Outros		
Total do passivo	19 933,00	13 226,52

Os impostos foram pagos, integralmente, dentro dos prazos previstos legalmente

8 Outros créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber	31-12-2020	31-12-2019
Subsídios	531 609,84	763 918,29
Saldos devedores de fornecedores	2 332,03	2 086,75
Outros	313 305,01	31 247,46
Total	847 246,88	797 252,50

A rubrica "Subsídios" é composta, por montantes especializados referentes a valores por receber relativos a subsídios concedidos pelo POCH:

- Medida 1315, com o montante de 111.655,92 Euros, ainda sem recebimentos no período subsequente.;
- Medida 1674, com o montante de 60.246,40 Euros, ainda sem recebimento no período subsequente;
- Medida 2116, com o montante de 39.179,60 Euros, cujo recebimento no período subsequente ascende a 24.244,29 Euros; e,
- Medida 2618, com o montante de 35.172,80 Euros, ainda sem recebimentos no período subsequente.
- Medida 3084, com o montante de 285.014,40 Euros, ainda sem recebimentos no período subsequente.

A rubrica “Outros” inclui, essencialmente, montantes a receber das seguintes Entidades:

- Liga dos Amigos da Esproser, com o montante de 76.968,46 Euros (2019: 28.146,03 Euros); e,
- Associação Sementes da Terra de Sernancelhe, com o montante de 2.700,76 Euros (2018: 2.041,28 Euros).
- POCH, com o montante de 233.606,39 Euros.

9 Diferimentos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	2 521,26	3 662,97
Outros	775,61	-
Total	3 296,87	3 662,97

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivos:		
Outros	302 132,87	265 478,28
Total	302 132,87	265 478,28

A rubrica “Outros – Passivo” diz respeito, essencialmente, a adiantamentos efetuados pelo POCH referentes a subsídios concedidos (ver nota 16):

- Medida 1674, com o montante de 73.551,01 Euros;
- Medida 2116, com o montante de 53.694,05 Euros; e,
- Medida 2618, com o montante de 70.027,23 Euros.
- Medida 3084, com o montante de 90.173,75 Euros.

10 Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	4 536,55	8 401,61
Depósitos à ordem	4 293,77	7 084,76
Total	8 830,32	15 486,37

A rubrica “Outros ativos financeiros” é constituída por depósitos a prazo, no montante de 470.339,63 Euros (2019: 470.319,54 Euros) cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias. Estes depósitos servem de colateral financeiro para garantir os empréstimos bancários e as contas correntes caucionadas.

11 Capital próprio

11.1 Capital subscrito

A 31 de dezembro de 2020 a Entidade detinha um capital social subscrito de 50.00,00 Euros.

Acionistas	31.12.2020					
	Nº Ações	%	Valor nominal	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar
Município de Sernancelhe	4 950	49,50%	24 750,00	24 750,00	24 750,00	0,00
Liga de Amigos da ESPROSER	4 000	40,00%	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00
Associação Âmbula IPSS	1 000	10,00%	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00	0,00
Electro Pisca, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00	0,00
Totais	10 000	100%	50 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00

Acionistas	31.12.2019					
	Nº de Ações	%	Valor nominal	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar
Município de Sernancelhe	4 950	49,50%	24 750,00	24 750,00	24 750,00	0,00
Liga de Amigos da ESPROSER	4 000	40,00%	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00
Associação Âmbula IPSS	1 000	10,00%	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00	0,00
Electro Pisca, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00	0,00
Totais	10 000	100%	50 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00

11.2 Reservas Legais

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

No ano corrente não ocorreram quaisquer variações nesta rubrica por a mesma já se encontrar integralmente constituída.

11.3 Outras reservas

Esta rubrica inclui resultados disponíveis para distribuição aos acionistas após deliberação.

11.4 Resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados transitados	31.12.2020	31.12.2019
Saldo em 01.01.	-147 544,74	46 112,86
Aumentos do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	12 004,61	0,00
Total dos aumentos do período	12 004,61	0,00
Diminuições do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior		40 924,73
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		152 732,87
Total das diminuições do período	0,00	193 657,60
Saldo em 31.12.	-135 540,13	-147 544,74

Por decisão da Assembleia Geral realizada em 9 de Junho, foram aprovadas as contas do ano findo em 31 de dezembro de 2020, tendo sido deliberado que o resultado líquido positivo desse período fosse transferido, integralmente, para a rubrica de "Resultados transitados".

Outras variações nos capitais próprios

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outras variações nos capitais próprios	2020			2019		
	Subsídios	Ajustamentos Subsídios	Total	Subsídios	Ajustamentos Subsídios	Total
Saldo em 01.01.	54 924,28	-11 534,10	43 390,18	68 655,33	-14 417,62	54 237,71
Aumentos do período						
Reversão dos ajustamentos em subsídios		2 883,52	2 883,52		2 883,52	2 883,52
Total dos aumentos do período	0,00	2 883,52	2 883,52	0,00	2 883,52	2 883,52
Diminuições do período						
Imputação dos subsídios a rendimentos do ano	13 731,05		13 731,05	13 731,05	0,00	13 731,05
Total das diminuições do período	13 731,05	0,00	13 731,05	13 731,05	0,00	13 731,05
Saldo em 31.12.	41 193,23	-8 650,58	32 542,65	54 924,28	-11 534,10	43 390,18

12 Financiamentos obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	31-12-2020			31-12-2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	153 732,42	80 731,56	234 463,98	234 595,46	81 173,24	315 768,70
Contas caucionadas		600 000,00	600 000,00	-	547 117,20	547 117,20
Totais	153 732,42	680 731,56	834 463,98	234 595,46	628 290,44	862 885,90

A Entidade não tem financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a 5 anos.

A Entidade encontra-se a cumprir os prazos previstos contratualmente para reembolso dos empréstimos bancários contratados.

Fornecedores

Rubricas	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores c/c	51 550,98	38 142,66
Totais	51 550,98	38 142,66

Esta rubrica inclui saldos com entidade relacionadas no montante de 10.746,60 Euros conforme referido na nota 4.

14 Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes

Estas rubricas têm a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ajustamentos Subsídios	8 650,58	-	8 650,58	11 534,10	-	11 534,10
Remunerações a liquidar	-	45 968,85	45 968,85	-	41 726,47	41 726,47
Transportes	-	143 698,00	143 698,00	-	176 708,00	176 708,00
Juros a Liquidar	-	1 873,20	1 873,20	-	1 873,20	1 873,20
Saldos credores de clientes	-	9 787,85	9 787,85	-	1 489,73	1 489,73
Outros	-	1 410,83	1 410,83	-	498,82	498,82
Totais	8 650,58	202 738,73	211 389,31	11 534,10	222 296,22	233 830,32

Esta rubrica inclui saldos com entidade relacionadas no montante de 102 325,24 Euros, conforme referido na nota 4.

15 Prestação de serviços e réditos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	2020	2019
	Mercado interno	Mercado interno
Prestação de serviços	5 274,23	6 928,72
Volume de negócios	5 274,23	6 928,72
Juros	433,45	23,03
Rédito	5 707,68	6 951,75

16 Subsídios à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



Descrição	Períodos	
	2020	2019
Medida 1315		310 901,58
Medida 1674	217 592,57	367 846,22
Medida 2116	138 907,31	285 614,83
Medida 2618	148 351,64	106 019,68
Medida 3084	285 014,40	-
Outros	12 405,00	8 270,00
Total	802 270,92	1 078 652,31

NIPC 504 676 326 | Capital Social 50.000€

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por subsídios atribuídos pelo POCH relacionados com a formação profissional ministrada pela Entidade.

Do montante global reconhecido nesta rubrica, foi já submetido e aprovado (incluindo aprovações cuja data de decisão ocorreu durante o período subsequente) o montante de 504 851,52 Euros, o qual se pode detalhar da seguinte forma:

- Medida 1674, aprovado o montante de 217.592,57 Euros; e,
- Medida 2116, aprovado o montante de 138.907,31 Euros.
- Medida 2618, aprovado o montante de 148.351,64 Euros.

O valor remanescente de 285.014,40 Euros foi já submetido, aguardando-se aprovação, relativo à medida 3084.

17 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Gastos com alunos (inclui transportes, alimentação, etc.)	266 542,75	387 526,63
Honorários	204 121,86	226 590,56
Comunicação	14 655,78	18 637,77
Eletricidade	13 438,50	16 425,20
Material de escritório	10 796,47	7 367,35
Ferramentas e utensílios de desgaste	9 619,20	11 306,83
Seguros	4 588,57	7 357,75
Conservação e reparação	4 360,45	6 683,78
Trabalhos especializados	4 175,09	2 239,91
Publicidade e propaganda	3 554,41	15 433,94
Água	1 723,05	3 901,91
Limpeza, higiene e conforto	1 415,18	1 317,68
Outros	365,95	
Contencioso e notariado	98,00	33,00
Combustíveis	97,00	
Deslocações e estadas		140,00
Total	539 552,26	704 962,31

A variação nesta rubrica resulta, essencialmente da passagem das aulas presenciais para aulas online devido ao COVID 19.

Os "FSE" incluem transações com entidades relacionadas no montante de 102 325,24Euros, conforme referido na nota 4.

18 Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	105 668,21	107 752,05
Remuneração do pessoal	131 950,98	115 265,47
Benefícios pós - emprego		0,00
Indemnizações		0,00
Encargos sobre remunerações	53 971,29	56 621,22
Seguros	7 019,38	7 857,74
Gastos com ação social		
Outros gastos com pessoal	768,88	1 428,88
Total	299 378,74	288 925,36
Nº médio de colaboradores	13	13

19 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Rendimentos suplementares	-	4 200,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	7 530,83	-
Outros	138 717,24	18 895,41
Total	146 248,07	23 095,41

A rubrica "Outros" inclui 13.731,05 Euros referente a imputação de subsídios para o investimento, conforme referido na nota 11.5, e 124.986,19 Euros referente a um subsídio relacionado com os transportes por parte do Município.

20 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Impostos	323,92	429,73
Outros	29 269,81	10 297,35
Total	29 593,73	10 727,08

A rubrica "Outros" inclui, essencialmente, correções relativas a períodos anteriores no montante de 27.380,34 Euros (2019: 8.601,70 Euros).

21 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Juros suportados	21 902,18	25 599,20
Outros gastos de financiamento	7 256,17	4 638,89
Total	29 158,35	30 238,09

A variação registada nesta rubrica resulta, essencialmente, da diminuição do capital em dívida.

22 Impostos sobre o rendimento

22.1 Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

A taxa efetiva de imposto é o gasto/rendimento de imposto dividido pelo lucro contabilístico.

Descrição	2020	2019
Resultado contabilístico antes de impostos (1)	10 106,37	13 375,02
Resultado líquido do período (2)	8 845,60	12 004,61
Gastos não dedutíveis (3)	7 510,60	9 263,99
Rendimentos não tributáveis (4)	0,00	0,00
Dedução de prejuízos fiscais (5)	0,00	(15 847,31)
Resultado tributável (6=1+3-4-5)	17 616,97	6 791,70
Taxa de imposto (7)	17% - 21%	12,5% - 21%
Imposto corrente (8=6*7)	1 260,77	848,96
Imposto diferido (9)	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período (10=8+9)	1 260,77	848,96
Benefícios fiscais (11)	0,00	0,00
Tributações autónomas (12)	0,00	521,45
Derrama (13)	0,00	0,00
Total do imposto do período (14=10+11+12+13)	1 260,77	1 370,41
Taxa efetiva de imposto (15=14/1)	12,5%	10,2%

23 Acontecimentos após a data do balanço

23.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

23.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A origem da pandemia COVID-19, sobretudo a partir de Março de 2020, provocou alterações profundas de funcionamento da Escola e com repercursões financeiras necessárias para a adopção de medidas de higiene, segurança, confinamento, sinalética, formação do pessoal docente e não docente, aquisição de EPI (Equipamentos de Protecção Individual).

O atraso na realização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT), tem prejudicado financeiramente a Escola, uma vez que impede a conclusão das respectivas candidaturas e os consequentes pedidos de pagamento daí resultantes.

24 **Divulgações exigidas por diplomas legais**

A Entidade não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2020, a Entidade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2020.

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos do art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Entidade não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

25 **Outras informações**

25.1 **Garantias prestadas**

No final do período de 2020 e 2019, a Entidade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

Descrição do facto que originou o pedido de "Garantias"	Banco	Beneficiário	Períodos	
			31/12/2020	31/12/2019
Conta corrente Caucionada	Millennium BCP	Millennium BCP	300 000,00	247 117,20
Conta corrente Caucionada	Caixa Geral Depósitos	Caixa Geral Depósitos	300 000,00	300 000,00
Empréstimo Médio e Longo Prazo	Crédito Agrícola	Crédito Agrícola	226 963,98	298 268,70
PME Investe CGD	Caixa Geral Depósitos	Caixa Geral Depósitos	7 500,00	17 500,00
Totais			834 463,98	862 885,90



26 Termo de responsabilidade

A Administração, confirma que à data de 31 de dezembro de 2020, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - PE, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Sernancelhe, 31 de Maio de 2021

A Administração:



Ana Isabel Brás Chaves – Presidente do Conselho de Administração



Rui Jorge do Carmo Guedes - Vogal



António Jorge Ribeiro de Figueiredo – Vogal

O Contabilista Certificado:



(Carlos Manuel da Silva Pereira, CC 55091)